

# Sumário

NOTA À 8ª EDIÇÃO .....	5
APRESENTAÇÃO .....	23
CAPÍTULO I.....	25
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	25
1. Aspectos legais da contratação direta .....	27
1.1. a Constituição Federal.....	27
1.1.1. normas gerais .....	28
1.1.2. competência legislativa do DF e Municípios.....	30
1.1.3. normas de natureza supletiva .....	31
1.1.4. uso de recursos federais pelos Estados e Municípios.....	32
1.1.5. conclusão parcial.....	32
1.2. art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.....	33
1.3. a contratação direta e a legislação não federal .....	34
1.4. art. 115 da Lei nº 8.666/93 .....	36
1.5. art. 117 da Lei nº 8.666/93 .....	37
1.6. art. 118 da Lei nº 8.666/93 .....	41
1.6.1. vedações ao edital (o que o edital não deve conter).....	42
1.6.2. procedimento - competência para legislar .....	45
1.7. art. 119 da Lei nº 8.666/93 .....	45
1.8. agências reguladoras .....	51
1.9. conselhos de fiscalização do exercício de profissão regulamentada.....	52
1.10. serviços sociais autônomos - Sistema “S” .....	53
1.11. sistema de contrato de gestão.....	54
1.12. aplicação de recursos internacionais .....	55
2. Conceitos fundamentais.....	56
a) contratante e contratado .....	56
b) imprensa oficial .....	58
CAPÍTULO II.....	59
MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	59
1. Noções .....	61
2. Convite.....	63

2.1. particularidades.....	63
2.2. conceito.....	64
2.3. fase de habilitação no convite? .....	64
2.3.1. consulta ao SIAFI .....	66
2.3.2. habilitação tradicional.....	66
2.3.3. convidar só habilitados.....	67
2.4. o que deve ser exigido para a habilitação no convite? .....	68
2.4.1. a regra deve ser a redução de documentos.....	68
2.4.2. documentos que não podem deixar de ser exigidos.....	68
2.4.3. pessoas físicas.....	70
2.4.4. microempresas.....	71
2.4.5. cooperativas de trabalho .....	71
2.4.6. regularidade fiscal.....	71
2.5. consulta ao PROCON .....	72
2.6. o ramo de atividade do licitante e a pertinência com o objeto .....	73
2.7. alterações .....	74
2.7.1. a exibição do convite ao público .....	74
2.7.2. a participação de interessados que não foram convidados.....	75
2.7.3. extensão de convite a cadastrados com desempenho insatisfatório .....	77
2.7.4. praça com mais de três possíveis interessados.....	78
2.7.5. limitações do mercado ou desinteresse dos convidados.....	79
2.7.5.1. limitações do mercado .....	80
2.7.5.2. manifesto desinteresse dos convidados.....	81
2.8. publicação do convite na imprensa .....	84
2.9. justificativa nos autos do processo.....	85
2.10. ausência de justificativa .....	86
2.11. três propostas válidas .....	87
a) expedição e recebimento.....	88
b) não obtenção das três propostas válidas .....	89
c) três propostas válidas no total dos itens .....	89
2.12. faixa de valores .....	90
2.13. comissão ou apenas um servidor.....	91
2.14. prazo.....	91
<b>3. Tomada de preços .....</b>	<b>91</b>
3.1. noções gerais.....	91
3.2. conceito legal .....	92
3.3. inovações .....	92
3.3.1. licitantes não cadastrados .....	92
3.3.2. limitação à exigência de documentos dos licitantes não cadastrados.....	95
3.3.3. outras peculiaridades .....	96
3.4. prazo.....	97
3.5. uso de tomada de preços para contratações na faixa de convite .....	97
<b>4. Concorrência.....</b>	<b>98</b>
4.1. noções gerais.....	98

4.2. conceito legal .....	99
4.3. uso de concorrência na faixa de preços inferiores .....	99
4.4. inexistência de limite superior de preço para sua utilização .....	100
4.5. prazo .....	100
4.6. licitações internacionais .....	100
4.7. licitações para imóveis .....	100
<b>5. Concurso .....</b>	<b>102</b>
5.1. conceito legal .....	102
5.2. distinção entre concurso público modalidade de licitação e concurso para ocupação de cargo ou emprego .....	103
5.3. inovações .....	104
5.4. prazo .....	105
5.5. a execução do serviço é posterior? .....	105
5.6. serviços técnico-profissionais e notória especialização .....	106
5.7. serviços advocatícios .....	107
5.8. serviços artísticos .....	110
5.9. consultoria .....	111
<b>6. Leilão .....</b>	<b>112</b>
6.1. conceito legal .....	112
6.2. limite de valor .....	112
6.3. bens penhorados .....	113
6.4. disciplinamento específico para divulgação .....	115
<b>7. Pregão .....</b>	<b>116</b>
7.1. conceito legal .....	117
7.2. características do pregão .....	117
7.3. órgão licitador - uso do pregão .....	118
7.4. licitantes .....	118
7.5. objeto do pregão .....	119
7.6. procedimentos do pregão .....	120
7.6.1. fase interna .....	120
7.6.1.1. definição do objeto .....	120
a) precisa, suficiente e clara .....	121
b) especificações que limitem ou frustrem a competição .....	121
c) termo de referência .....	121
d) pré - qualificação do objeto .....	122
7.6.1.2. orçamento .....	122
7.6.1.3 ato convocatório .....	123
7.6.1.4. boa prática: formulário de credenciamento .....	127
7.6.1.5 otimizando a rotina de assinatura de contrato .....	127
7.6.2. publicidade do ato convocatório .....	128
7.6.3. procedimento do pregão .....	128
a) exame da aceitabilidade da proposta/lance .....	128
b) possibilidade de negociar .....	128
c) recursos .....	129



<b>8. Critérios para definir a modalidade a ser utilizada .....</b>	<b>129</b>
8.1. critério quantitativo .....	129
8.1.1. parcelamento .....	130
a) breve histórico .....	130
b) a operacionalização do parcelamento .....	131
b.1) considerar a totalidade da compra, obra ou serviço - art. 8º .....	131
b.2) à luz dos critérios técnicos disponíveis, dividir o objeto .....	132
b.3) à luz dos critérios econômicos, juntar ou não o parcelamento .....	132
c) precedentes sobre parcelamento .....	133
d) modalidade de licitação decorrente do parcelamento .....	135
8.1.2. parcelamento e fracionamento .....	138
8.1.3. contratos de serviços contínuos ou que ultrapassem um exercício .....	138
a) coincidindo o término com o exercício financeiro: .....	140
b) ajustando-se o contrato para duração de ano a ano: .....	140
8.1.4. superveniência de fatos novos .....	141
8.1.4.1. preços superiores aos estimados .....	141
8.1.4.2. execução do contrato e modificação das necessidades .....	142
8.1.4.3. jurisprudência .....	143
a) inobservância da modalidade por fracionamento de despesa .....	143
a.1) entre outros fatos, acarretaram multa .....	143
a.2) foram considerados irregulares, sem aplicação de multa .....	144
a.3) não foram aceitas as alegações .....	145
b) inobservância da modalidade - por descentralização .....	145
c) inobservância da modalidade - prazo entre uma licitação e outra .....	146
8.1.4.4. conclusão parcial sobre parcelamento e fracionamento .....	146
8.2. critério qualitativo .....	148
8.2.1. imóveis .....	149
8.2.1.1. direito real de uso .....	149
8.2.1.2. autorização de uso .....	151
8.2.1.3. permissão de uso .....	152
8.2.1.4. cessão de uso .....	153
8.2.1.5. concessão de uso .....	154
8.2.1.6. uso de imóvel como objeto acessório de outro contrato .....	155
8.2.1.6.1. agência bancária .....	157
8.2.1.6.2. lanchonete e restaurante .....	157
8.2.1.6.3. produtos de reprografia .....	158
8.2.2. licitações internacionais .....	158
8.2.3. bens móveis inservíveis .....	159
8.2.4. produtos legalmente apreendidos .....	159
8.2.5. produtos penhorado .....	159
8.2.6. trabalhos técnicos, científicos e artísticos .....	159
8.2.7. serviços técnicos profissionais .....	159
8.2.8. sistema de registro de preços .....	159
<b>9. Características de cada modalidade e a forma do procedimento .....</b>	<b>159</b>



<b>10. Micro e pequenas empresas.....</b>	<b>163</b>
10.1. noções gerais.....	163
10.1.1. da definição de microempresa e empresa de pequeno porte .....	164
10.1.2. do questionamento quanto a qualificação como ME e EPP.....	165
10.1.3. dos possíveis vícios materiais e formais da LC 123/2006 .....	166
10.1.3.1. das semelhanças e diferenças entre lei complementar e lei ordinária .....	166
10.1.3.2. da pretensão à hierarquização entre lei complementar e lei ordinária .....	167
10.1.3.3. do princípio da isonomia.....	170
10.2. da terminologia “aquisições públicas” .....	171
10.3. da regularidade fiscal .....	173
10.4. do direito de preferência .....	175
10.4.1. do empate de valores nominalmente diferentes .....	178
10.4.2. do procedimento para o desempate .....	180
10.5. das licitações do tipo melhor técnica e técnica e preço.....	181
10.5.1. da melhor técnica.....	181
10.5.2. da técnica e preço .....	182
10.6. do poder regulamentar adicional.....	183
10.6.1. das diretrizes do poder regulamentar .....	185
10.6.1.1. da licitação exclusiva .....	185
10.6.1.2. da subcontratação compulsória .....	186
10.6.1.3. do sistema de cotas.....	188
10.6.2. do consórcio.....	189
10.7. conclusão .....	189
10.8. cooperativas .....	190
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>191</b>
<b>CONTRATAÇÃO DIRETA: UMA VISÃO GERAL .....</b>	<b>191</b>
<b>1. Noções gerais .....</b>	<b>193</b>
<b>2. Licitação: regra ou exceção?.....</b>	<b>194</b>
2.1. demonstrativo das despesas licitadas - exercício de 1990 .....	195
2.2. gestão do tesouro - despesas de 1995 e 2005.....	196
2.3. Poder Executivo - evolução da despesa aplicável de 2003 a 2008 .....	197
2.4. despesa do Poder Executivo por modalidade de licitação .....	197
2.4.1 quadro comparativo por ano – 2003 a 2008 .....	197
2.4.2. demonstrativo da variação por modalidade – 2003 a 2008.....	198
2.4.3. comparativo, por Ministério ou órgão equivalente - 2003-2008.....	200
<b>3. Licitação dispensada, dispensável e inexigível - distinções.....</b>	<b>202</b>
<b>4. Nos casos de contratação direta previstos em lei é permitido licitar?.....</b>	<b>203</b>
<b>5. Outros casos em que se discute a possibilidade de contratação direta.....</b>	<b>205</b>
5.1. aquisição de bens móveis em consórcio - ilegalidade.....	205
5.2. concessão, permissão e autorização de serviços públicos.....	206
5.2.1. noções .....	206
5.2.2. disciplinamento constitucional .....	207
5.2.3. concessão .....	209

5.2.4. <i>permissão</i> .....	211
5.2.5. <i>autorização</i> .....	212
5.2.6. <i>delegação de serviços públicos de forma direta, sem licitação</i> .....	214
5.3. <i>contratação de leiloeiro oficial</i> .....	217
<b>6. Critérios para auditoria</b> .....	<b>220</b>
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>223</b>
<b>ALIENAÇÃO DE BENS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO - ART. 17</b> .....	<b>223</b>
<b>1. Bens públicos e particulares</b> .....	<b>225</b>
<b>2. Bens públicos relacionados à produção e ao fornecimento de energia elétrica</b> .....	<b>225</b>
<b>3. Requisitos gerais para alienação de bens da Administração</b> .....	<b>226</b>
3.1. <i>interesse público</i> .....	227
3.2. <i>avaliação prévia</i> .....	228
3.3. <i>licitação</i> .....	229
<b>4. Alienação de bens, sem licitação</b> .....	<b>230</b>
a) <i>inviabilidade de competição</i> .....	230
a.1) <i>espaços para agências bancárias oficiais</i> .....	231
a.2) <i>lanchonetes, restaurantes, agências de viagem e outros</i> .....	231
b) <i>licitação dispensável</i> .....	233
<b>5. Alienação de bens imóveis - questões introdutórias</b> .....	<b>234</b>
5.1. <i>conceito de imóveis</i> .....	234
5.2. <i>imóveis da União</i> .....	234
5.3. <i>requisitos gerais para a alienação de imóveis</i> .....	235
<b>6. Exigência de lei para alienação</b> .....	<b>235</b>
6.1. <i>competência legislativa</i> .....	236
6.2. <i>ausência de lei autorizadora - consequências</i> .....	237
6.3. <i>alienabilidade condicional - possibilidade restrita</i> .....	239
6.4. <i>dispensa de lei autorizadora - entidade paraestatal</i> .....	239
6.4.1. <i>entidade paraestatal - conceito</i> .....	240
6.4.2. <i>entidade paraestatal - intermediadora de venda</i> .....	241
6.5. <i>restrições legislativas à alienação</i> .....	242
<b>7. Licitação dispensada para imóveis</b> .....	<b>242</b>
7.1. <i>a licitação dispensada e o direito de preferência</i> .....	242
<b>7.2. alínea "a" - dação em pagamento</b> .....	<b>247</b>
7.2.1. <i>conceito</i> .....	248
7.2.2. <i>a questão do precatório</i> .....	248
7.2.3. <i>interesse público</i> .....	249
<b>7.3. alínea "b" - doação</b> .....	<b>250</b>
7.3.1. <i>doação - noções</i> .....	250
7.3.2. <i>doação de imóvel - restrições</i> .....	251
7.3.3. <i>decisão do Supremo Tribunal Federal</i> .....	251
7.3.4. <i>reversão de doação e a decisão do STF</i> .....	253
7.3.5. <i>doação com encargo</i> .....	254
7.3.5.1. <i>doação com encargo - bens móveis e imóveis</i> .....	255
7.3.5.2. <i>doação com encargo - licitação obrigatória</i> .....	255

7.3.5.3. doação com encargo para particular.....	255
7.3.5.4. doação com encargo - procedimentos complementares.....	256
7.3.5.5. encargos da doação e a lei autorizadora.....	257
7.3.5.6. doação com encargo e a hipoteca.....	257
<b>7.4. alínea “c” - permuta por outro imóvel.....</b>	<b>258</b>
7.4.1. eficácia suspensa pelo STF.....	259
7.4.2. despesas da permuta.....	260
7.4.3. imóveis da Administração sem registro cartorário .....	261
7.4.4. imóvel por móvel - restrição à permuta.....	261
7.4.5. requisitos do imóvel pretendido pela Administração .....	261
<b>7.5. alínea “d” - investidora .....</b>	<b>262</b>
7.5.1. requisitos legais .....	263
7.5.2. imóvel inaproveitável ou dispensável na execução de hidrelétricas .....	264
7.5.3. valor superior ao limite legal .....	266
7.5.4. mais de um interessado.....	267
<b>7.6. alínea “e” - venda a outro órgão ou entidade pública .....</b>	<b>267</b>
7.6.1. requisitos.....	268
7.6.2. interveniência de corretor de imóveis.....	268
<b>7.7. alínea “f” - programa habitacional e de regularização fundiária.....</b>	<b>269</b>
7.7.1. requisitos.....	270
7.7.2. avaliação prévia e lei autorizadora.....	271
7.7.3. natureza da operação .....	271
7.7.4. finalidade habitacional e fundiária .....	272
7.7.5. princípio da impessoalidade.....	273
<b>7.8. alínea “g” - ocupantes de terras devolutas.....</b>	<b>274</b>
7.8.1. desnecessidade de lei autorizadora - condições.....	275
<b>7.9. alínea “h” - imóveis de uso comercial, para regularização fundiária .....</b>	<b>275</b>
7.9.1. requisitos.....	276
7.9.2. avaliação prévia e lei autorizadora.....	276
7.9.3. finalidade - programa de regularização fundiária de interesse social.....	277
7.9.4. princípio da impessoalidade.....	277
<b>8. Licitação dispensada para bens móveis.....</b>	<b>277</b>
8.1. conceito de bens móveis .....	277
<b>8.2. alínea “a” - doação para fins e uso de interesse social.....</b>	<b>278</b>
8.2.1. finalidade e uso.....	278
8.2.2. bens característicos da Administração.....	279
8.2.3. oportunidade e conveniência socioeconômica .....	280
8.2.4. impossibilidade de atender aos requisitos.....	281
<b>8.3. alínea “b” - permuta entre órgãos ou entidades da Administração .....</b>	<b>281</b>
8.3.1. decisão do Supremo Tribunal Federal .....	281
8.3.2. despesas da permuta.....	282
8.3.3. móvel permutado por imóvel .....	283
<b>8.4. alínea “c” - venda de ações em bolsa .....</b>	<b>283</b>
8.4.1. legislação específica.....	283



8.4.2. <i>bolsa de valores</i> .....	284
8.4.3. <i>programa nacional de desestatização</i> .....	284
8.4.4. <i>publicidade nas operações da bolsa</i> .....	285
8.4.5. <i>jurisprudência</i> .....	285
<b>8.5. alínea “d” - venda de títulos</b> .....	<b>287</b>
8.5.1. <i>legislação pertinente - competência concorrente</i> .....	288
<b>8.6. alínea “e” - venda por órgãos ou entidades da Administração</b> .....	<b>288</b>
8.6.1. <i>noção</i> .....	289
8.6.2. <i>dispositivos correlacionados</i> .....	290
8.6.3. <i>produção e comercialização de bens pela Administração</i> .....	290
<b>8.7. alínea “f” - venda para outros órgãos ou entidades</b> .....	<b>292</b>
8.7.1. <i>peculiaridades do contrato</i> .....	293
8.8. <i>imóveis para outro órgão público ou área rural na Amazônia Legal</i> .....	293
8.8.1. <i>noções</i> .....	294
8.8.2. <i>concessão de direito real de uso</i> .....	294
8.8.3. <i>requisitos</i> .....	295
<b>CAPÍTULO V</b> .....	<b>299</b>
<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 24)</b> .....	<b>299</b>
<b>1. Noções gerais</b> .....	<b>301</b>
<b>2. obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite do convite</b> .....	<b>302</b>
2.1. <i>noções</i> .....	303
2.2. <i>valor da obra ou serviço</i> .....	303
2.3. <i>serviços de engenharia</i> .....	304
2.4. <i>modificações do valor pelo reajuste ou alteração da obra ou serviço</i> .....	304
2.5. <i>valor de mercado</i> .....	306
2.6. <i>parcelas realizáveis conjunta ou concomitantemente</i> .....	307
2.7. <i>mesma natureza e local - realizável conjunta ou concomitante</i> .....	310
2.8. <i>parágrafo único do art. 24</i> .....	312
2.8.1. <i>valores máximos</i> .....	312
2.8.2. <i>inalterabilidade dos requisitos dos incisos I e II</i> .....	313
2.8.3. <i>destinatários</i> .....	313
2.9. <i>dispositivos correlatos</i> .....	314
<b>3. Serviços e compras até 10% do convite</b> .....	<b>314</b>
3.1. <i>compras e serviços</i> .....	315
3.2. <i>treinamento</i> .....	318
3.3. <i>alienações</i> .....	319
3.4. <i>imessoalidade</i> .....	320
3.5. <i>empenho com garantia de pagamento contra entrega</i> .....	321
3.6. <i>dispositivos correlatos</i> .....	321
<b>4. De guerra ou grave perturbação da ordem</b> .....	<b>322</b>
4.1. <i>guerra</i> .....	322
4.2. <i>grave perturbação da ordem</i> .....	324
4.3. <i>requisitos</i> .....	325
4.4. <i>dispositivos correlatos</i> .....	326

<b>5. De emergência ou calamidade pública .....</b>	<b>326</b>
5.1. noções .....	327
5.2. emergência .....	327
5.3. calamidade .....	329
5.4. imprevisibilidade .....	331
5.5. imprevisibilidade e contingenciamento do orçamento .....	335
5.6. risco .....	338
5.7. limitação do objeto .....	338
5.8. limitação temporal .....	339
5.9. requisitos para a validade da contratação direta .....	341
5.10. contrato provisório – demora na apreciação judicial .....	344
5.11. boas práticas - manualização de rotina .....	349
<b>6. Licitação deserta/fracassada que não pode ser repetida .....</b>	<b>349</b>
6.1. noções e requisitos .....	349
6.2. licitação anterior .....	350
6.3. ausência de interesse .....	352
6.4. risco de prejuízos .....	352
6.5. evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta .....	353
6.6. imutabilidade das condições anteriormente ofertadas .....	353
6.7. quando a licitação anterior foi convite .....	355
6.8. dispositivos correlatos .....	356
6.9. bens públicos - concessão e permissão de energia elétrica .....	357
6.10. processo de dispensa .....	357
<b>7. Intervenção no domínio econômico .....</b>	<b>358</b>
7.1. dispositivos correlatos .....	361
<b>8. Preços manifestamente superiores aos de mercado .....</b>	<b>361</b>
8.1. requisitos .....	361
8.2. ocorrência de licitação anterior .....	362
8.3. apresentação de propostas .....	363
8.4. momento da verificação dos preços das propostas .....	365
8.5. reapresentação das propostas com preços .....	366
8.6. a licitação e os cartéis .....	366
8.6.1. os cartéis .....	367
8.6.2. a licitação .....	369
8.6.3. o que pode ser feito? .....	370
8.6.4. prejuízo decorrente de superfaturamento .....	374
8.7. dispositivos correlatos .....	376
8.8. tipos e modalidades de licitação .....	377
<b>9. Aquisição de bens ou serviços de órgão ou entidade pública .....</b>	<b>378</b>
9.1. noções .....	378
9.2. requisitos .....	380
9.2.1. contratante: pessoa jurídica de direito público interno .....	381
9.2.2. contratado: órgão ou entidade integrada à Administração Pública .....	381
9.2.2.1. contratado: prestador de serviço público delegado .....	383

9.2.2.2. contratação entre unidades da federação.....	384
9.2.3. <i>contratado criado para o fim específico do objeto</i> .....	387
9.2.4. <i>criação anterior à Lei nº 8.666/93</i> .....	391
9.2.5. <i>preço compatível com o mercado</i> .....	392
9.3. constitucionalidade do inciso.....	393
9.3.1. <i>entidade que explora atividade econômica</i> .....	394
<b>10. Segurança nacional</b> .....	<b>395</b>
10.1. comprometimento da segurança nacional .....	395
10.2. caso SIVAM e financiamento externo .....	396
10.3. casos estabelecidos em decreto do Presidente da República .....	397
10.4. audiência do Conselho de Defesa Nacional.....	397
10.5. Decreto nº 2.295/97 .....	398
10.6. dispositivos correlatos.....	399
<b>11. Compra ou locação de imóvel para finalidades precípua da Administração..</b>	<b>399</b>
11.1. necessidade de instalação e localização condicionando a escolha .....	400
11.2. finalidades precípua da Administração .....	401
11.3. avaliação prévia e compatibilidade de preços.....	402
11.4. legislação correlata.....	404
a) prorrogação da locação .....	405
b) sujeitos da locação .....	406
<b>12. Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento.....</b>	<b>408</b>
12.1. noções .....	408
12.2. vinculação à proposta do licitante vencedor .....	409
12.3. prazo de validade da proposta do licitante.....	409
12.4. requisitos.....	410
12.4.1. <i>existência de licitação anterior</i> .....	410
12.4.2. <i>contratação do objeto com o licitante vencedor</i> .....	410
12.4.3. <i>observância da ordem de classificação da licitação</i> .....	410
12.4.4. <i>contratação de remanescente</i> .....	412
12.4.5. <i>condições e preço do licitante vencedor</i> .....	414
12.5. alteração do objeto .....	415
12.6. modalidade pregão .....	416
<b>13. Hortifrutigranjeiros, pão e perecíveis</b> .....	<b>416</b>
13.1. noções .....	416
13.2. requisitos .....	417
13.2.1. <i>o requisito temporal</i> .....	417
13.2.2. <i>requisitos do objeto</i> .....	419
13.2.3. <i>preço</i> .....	420
<b>14. Instituição brasileira de pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional ou dedicada à recuperação social do preso.....</b>	<b>421</b>
14.1. noções .....	422
14.2. requisitos.....	423
14.2.1. <i>instituição brasileira</i> .....	423
a) instituição.....	423



b) nacionalidade brasileira .....	424
c) instituição pública de outra esfera de governo .....	424
<i>14.2.2. estatuto ou regimento e objetivo da instituição .....</i>	<i>425</i>
14.2.2.1. dedicação à pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.....	425
14.2.2.2. recuperação social do preso .....	432
14.2.2.3. pesquisa energética .....	433
<i>14.2.3. inquestionável reputação ético-profissional.....</i>	<i>434</i>
<i>14.2.4. reputação ético-profissional e notória especialização .....</i>	<i>435</i>
<i>14.2.5. objeto do contrato.....</i>	<i>438</i>
<i>14.2.6. contratado sem fins lucrativos.....</i>	<i>440</i>
14.3. viabilidade de competição.....	441
14.4. dispositivos correlatos.....	442
14.4.1. preço.....	442
14.4.2. limites à terceirização .....	443
<b><i>15. Aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico</i></b>	<b><i>444</i></b>
15.1. noções .....	444
15.2. alcance da dispensa .....	444
15.3. requisitos.....	445
15.4. dispositivos correlatos.....	452
<b><i>16. Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos.....</i></b>	<b><i>453</i></b>
16.1. noções .....	453
16.2. objeto .....	454
<i>16.2.1. compras.....</i>	<i>454</i>
<i>16.2.2. restauração e dispositivos correlatos .....</i>	<i>457</i>
16.3. contratante.....	459
<b><i>17. Impressão oficial e serviços de informática.....</i></b>	<b><i>461</i></b>
17.1. noções .....	461
17.2. requisitos.....	462
<b><i>18. Manutenção de equipamentos durante a garantia técnica .....</i></b>	<b><i>467</i></b>
18.1. noções .....	467
18.2. requisitos.....	469
<i>18.2.1. objeto .....</i>	<i>469</i>
<i>18.2.2. componente necessário à manutenção do equipamento .....</i>	<i>471</i>
<i>18.2.3. período de garantia técnica.....</i>	<i>472</i>
<i>18.2.4. fornecedor original do equipamento .....</i>	<i>474</i>
<i>18.2.5. aquisição junto ao fornecedor original e a condição da garantia .....</i>	<i>474</i>
18.3. peças genuínas .....	475
<b><i>19. Abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas em deslocamento.....</i></b>	<b><i>477</i></b>
19.1. noções .....	477
19.2. requisitos.....	478
<i>19.2.1. contratante responsável pelo abastecimento .....</i>	<i>478</i>
<i>19.2.2. localização em caráter eventual .....</i>	<i>480</i>
<i>19.2.3. a necessidade do abastecimento .....</i>	<i>481</i>

<i>19.2.4. tempo exigido para o processo licitatório</i> .....	482
<i>19.2.5. limite do valor</i> .....	483
<b>20. Materiais de uso pelas Forças Armadas</b> .....	<b>484</b>
20.1. noções .....	484
20.2. requisitos .....	485
20.2.1. objeto do contrato .....	486
20.2.2. material de uso pessoal e administrativo .....	487
20.2.3. manutenção da padronização .....	487
20.2.4. padronização impositiva .....	488
20.2.5. parecer de comissão instituída por decreto .....	488
<b>21. Associação de portadores de deficiência física</b> .....	<b>489</b>
21.1. noções .....	490
21.2. requisitos .....	491
21.2.1. qualificação do contratado .....	491
21.2.2. o objeto do contrato .....	492
21.2.3. restrições ao contratante .....	493
21.2.3.1. contratação eventual .....	494
21.2.3.2. contratação não eventual - terceirização .....	496
21.2.4. preço .....	500
<b>22. Bens para pesquisas científica e tecnológica</b> .....	<b>502</b>
22.1. noções .....	502
22.2. objeto .....	505
22.3. a origem dos recursos .....	506
<b>23. Fornecimento ou suprimento de energia elétrica</b> .....	<b>507</b>
23.1. noções .....	507
23.2. requisitos .....	508
<b>24. Contratação de empresa pública ou sociedade de economia mista, com suas subsidiárias e controladas</b> .....	<b>511</b>
24.1. noções .....	511
24.2. requisitos .....	513
24.2.1. contratante .....	513
24.2.2. contratada .....	514
24.2.3. objeto .....	514
24.2.4. preço .....	514
<b>25. Contrato com as organizações sociais</b> .....	<b>514</b>
25.1. noções .....	515
25.2. requisitos .....	520
25.2.1. contratante .....	520
25.2.2. contratado .....	520
25.2.3. objeto .....	521
25.2.3.1. viabilidade de competição .....	521
25.2.3.2. notória especialização .....	522
25.3. aplicabilidade do instituto da licitação e as organizações sociais .....	522
<b>26. Contratação por ICT ou agência de fomento</b> .....	<b>524</b>

26.1. considerações iniciais.....	524
26.2. conceituações.....	525
26.3. requisitos.....	525
<b>27. Contrato de programa para a prestação de serviços públicos.....</b>	<b>526</b>
27.1. noções.....	526
27.2. divergência doutrinária quanto à natureza jurídica do instituto.....	526
27.3. requisitos.....	527
<b>28. Resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis.....</b>	<b>528</b>
28.1. noções.....	528
28.2. requisitos.....	529
28.2.1. titularidade do contratante.....	529
28.2.2. requisitos constantes do dispositivo.....	529
28.3. considerações finais.....	529
<b>29. Bens e serviços de alta complexidade tecnológica e defesa nacional.....</b>	<b>530</b>
29.1. considerações iniciais.....	530
29.2. do incentivo a investimentos em pesquisa científica e tecnológica.....	531
29.3. requisitos.....	531
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>533</b>
<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.....</b>	<b>533</b>
<b>1. A inviabilidade de competição e a inexigibilidade.....</b>	<b>536</b>
<b>2. Casos amparados no caput do art. 25.....</b>	<b>537</b>
2.1. inviabilidade de competição por contratação de todos.....	537
a) todos os que satisfaçam às condições exigidas.....	538
b) impessoalidade na definição da demanda, por contratado.....	539
c) que o objeto satisfaça na forma definida no edital.....	539
d) que o preço de mercado seja razoavelmente uniforme.....	539
2.1.1. credenciamento de serviço médico.....	539
2.1.2. credenciamento para treinamento.....	541
2.1.3. credenciamento para serviços jurídicos.....	541
2.1.4. credenciamento para execução de créditos hipotecários.....	542
2.1.5. cobrança da dívida ativa.....	542
2.1.6. tipos de credenciamento.....	543
2.2. atividades em monopólio - correios, telefonia e venda de combustíveis.....	543
2.3. vale-transporte.....	545
2.3.1. credenciamento – boa prática.....	546
2.4. serviços de manutenção - elevadores e central telefônica.....	546
2.5. cursos de treinamento - aperfeiçoamento.....	548
2.6. direitos autorais.....	549
2.7. convênio.....	552
2.8. tradutor e intérprete.....	553
2.9. peritos designados pela Justiça.....	554
2.10. publicidade, propaganda e patrocínio.....	554
2.11. depósito judicial - ato discricionário - contrapartida de vantagens.....	557



2.12. membro de banca examinadora de concurso .....	558
2.13. outros .....	558
a) água e esgoto.....	558
b) arte para presente.....	558
c) arquivos deslizantes.....	559
d) cessão de uso de espaço para associação.....	559
e) equipamentos .....	559
f) hospedagem.....	560
g) jornais, revistas e publicidade.....	560
h) pagamento de pessoal .....	560
i) passagem aérea .....	561
j) selos.....	561
k) sistema de segurança bancária.....	561
l) arrecadação de tributos.....	561
2.14. vedação ao uso do art. 25, <i>caput</i> .....	562
<b>3. Art. 25 - fornecedor exclusivo.....</b>	<b>562</b>
3.1. noções .....	563
3.2. requisitos.....	563
3.2.1. o objeto do contrato.....	564
3.2.2. a possibilidade jurídica de indicar marcas .....	565
3.2.3. boas práticas.....	574
3.2.3.1. exigência de amostras do produto.....	574
3.2.3.2. padronização de produtos e marcas .....	575
3.2.3.3. caderno de especificações e As built.....	579
3.2.3.4. banco de qualidade.....	580
3.2.3.5. requisitos do contratado .....	580
3.2.4. a exclusividade deve ser aferida só no local?.....	582
3.2.5. atestado: forma de comprovação da exclusividade.....	585
3.2.6. entidades equivalentes .....	589
3.2.7. atestado falso - consequências.....	592
<b>4. Singularidade e notória especialização.....</b>	<b>594</b>
4.1. noções .....	595
4.2. requisitos.....	596
4.2.1. a inviabilidade de competição .....	597
4.2.2. objeto do contrato.....	598
4.2.3. serviço técnico e serviço técnico profissional especializado.....	598
4.2.4. serviço técnico profissional especializado e o art. 13 .....	599
4.2.5. a singularidade do serviço pretendido.....	600
4.2.5.1. serviços advocatícios .....	605
4.2.5.2. serviços de publicidade e divulgação.....	612
4.2.5.3. a publicidade e a divulgação dos editais .....	613
4.2.5.4. treinamento .....	614
4.2.5.5. informática - software.....	618
4.2.5.6. ativos fiscais.....	620

4.2.6. requisitos do contratado .....	620
4.2.6.1. a habilitação .....	620
4.2.6.2. a especialização.....	621
4.2.6.3. a notória especialização .....	621
4.2.7. a essencialidade da contratação e a viabilidade de competição .....	625
4.2.8. a notória especialização e a singularidade .....	627
<b>5. Contratação direta de artista .....</b>	<b>628</b>
5.1. requisitos.....	629
5.1.1. objeto .....	629
5.1.2. contratação direta ou por empresário .....	631
5.1.3. consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública.....	632
5.1.4. amplitude geográfica da consagração.....	634
5.1.5. preço .....	635
<b>CAPÍTULO VII .....</b>	<b>637</b>
<b>PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA .....</b>	<b>637</b>
1. Noções .....	639
2. Os processos de contratação direta .....	640
3. Fases do procedimento .....	643
4. A instrução do processo.....	646
4.1. formalidades.....	647
4.2. conteúdo.....	649
4.3. parecer técnico ou jurídico.....	649
4.3.1. parecer técnico .....	650
4.3.2. parecer jurídico .....	651
5. Justificativa da contratação direta .....	653
6. Justificativa da escolha do contratado.....	655
7. Justificativa do preço .....	657
7.1. planilha de custos.....	657
7.2. para inviabilidade de competição e preço.....	662
7.3. para os incisos I e II do art. 24.....	663
7.4. para os incisos do art. 17.....	664
7.5. parâmetro de preço.....	665
a) é necessária a referência de preços .....	667
b) o preço adequado é o praticado no âmbito dos órgãos públicos.....	668
7.6. registro de preços .....	669
7.7. superfaturamento .....	670
8. Validade da proposta.....	672
9. Comunicação à autoridade superior.....	673
10. Decisão da autoridade superior.....	675
11. Publicação.....	676
12. Observações sobre o contrato decorrente.....	679
12.1. direitos de quem seria o futuro contratado.....	679
12.2. é necessário formalizar o ajuste mediante contrato?.....	681

---

12.3. é obrigatório publicar o contrato ou substitutivo? .....	681
12.4. alterabilidade dos contratos decorrentes de contratação direta .....	682
a) alteração do objeto .....	682
b) alteração do preço .....	683
c) alteração do prazo .....	684
d) alteração da forma de pagamento .....	684
12.5. subcontratação na contratação direta .....	685
12.6. deveres do proponente .....	685
<b>13. Contratado sem licitação .....</b>	<b>686</b>
13.1. a visão do contratado .....	687
13.2. colaborador/contratado .....	687
13.2.1. preço do contrato .....	688
13.2.2. manutenção do equilíbrio econômico financeiro .....	691
<b>ÍNDICE DE ASSUNTOS .....</b>	<b>695</b>